



PODER

Servidores do BC anunciam paralisação

Categoria começa a entregar cargos de chefia e avisa que vai parar no dia 18, data marcada para protesto geral do funcionalismo federal

» RAPHAEL FELICE

Em mais um capítulo da crise no funcionalismo público, titulares de comissões gerenciais do Banco Central (BC) começaram a entregar os cargos ontem. Nos próximos dias, será realizada uma série de reuniões virtuais com gestores responsáveis por vários setores da instituição para convencer o maior número possível de servidores a aderir ao ato. Para o dia 18, está marcado um protesto, em Brasília, pela reestruturação da carreira.

A mobilização do funcionalismo é uma contrapartida à decisão do governo de reservar R\$ 1,7 bilhão do Orçamento de 2022 para reajuste salarial apenas aos servidores da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e do Departamento Penitenciário Nacional.

De acordo com o Sindicato dos Funcionários do Banco Central (Sinal), a instituição tem cerca de 500 cargos comissionados. A intenção é, também, convencer os suplentes a não assumirem os postos que ficarão vagos. "Todo departamento do Banco Central tem uma função gerencial, composta por pessoas que têm caneta para gerenciar fluxo de trabalho. A ideia é que, com essa entrega dos cargos, alguns serviços do banco fiquem paralisados", ressaltou Fábio Faiad, presidente do Sinal. A entidade cobra que o presidente do BC, Roberto Campos Neto, entre em campo para defender os interesses da categoria.

Faiad também é vice-presidente do Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fonacate), que reúne diversos sindicatos de servidores (200 mil no total entre associados federais e estaduais), entre eles, o do próprio BC.

O Fonacate, representante da elite do funcionalismo, organiza uma paralisação nacional de

todas as categorias federais também no dia 18. O presidente da entidade, Rudinei Marques, explicou que a janela disponível para incluir o reajuste salarial no Orçamento 2022 é curta por ser este um ano eleitoral.

"Estamos vendo várias categorias do funcionalismo se mobilizando e articulando para aumentar a pressão em prol da campanha salarial de 2022. Teremos uma janela curta, de três meses, e as próximas semanas serão decisivas", enfatizou Marques. "No dia 18 de janeiro, faremos um primeiro protesto nacional, buscando reposição das perdas inflacionárias nos últimos cinco anos. Se essa primeira manifestação não for suficiente para abrir um canal de diálogo com o governo, nós já temos um calendário de mobilizações para semanas subsequentes."

Apagão

Outro grupo integrante da elite dos servidores, o Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco), um dos primeiros a se manifestar contra o reajuste apenas às forças de segurança, também registrou aumento nas paralisações. A última atualização na entrega de cargos saltou de 951, na semana passada, para 1.237 neste início de semana.

Com contingente suficiente para causar um apagão na máquina pública, lideranças do chamado carreirão — composto por 80% dos servidores públicos federais — também avançam em negociações para uma grande paralisação. Segundo o presidente da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Sérgio Ronaldo, haverá uma reunião no dia 14 para definir datas e paralisações. Há possibilidade de as carreiras vinculadas ao Condsef aderirem ao protesto nacional do dia 18.

Marcello Casal Jr/Agência Brasil



Servidores do Banco Central querem a reestruturação, com reajuste salarial, como previstos para as forças de segurança



Todo departamento do Banco Central tem uma função gerencial, composta por pessoas que têm caneta para gerenciar fluxo de trabalho. A ideia é que, com essa entrega dos cargos, alguns serviços do banco fiquem paralisados"

Fábio Faiad, presidente do Sinal



Estamos vendo várias categorias do funcionalismo se mobilizando e articulando para aumentar a pressão em prol da campanha salarial de 2022. Teremos uma janela curta, de três meses, e as próximas semanas serão decisivas"

Rudinei Marques, presidente do Fonacate

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

No Bicentenário, o Brasil volta à encruzilhada do destino

Uma nação é formada, historicamente, de território, população, Estado, idioma e identidade comum, para a qual a literatura é sua referência mais importante. Não à toa, Machado de Assis é um totem da nossa cultura. Entretanto, há aqueles que imaginam que tudo aqui está fora do lugar. O debate proposto, em 1920, por Oliveira Viana, sobre as nossas instituições republicanas, 100 anos depois, está vivíssimo. Seu *Populações Meridionais do Brasil* arrancou aplausos unânimes na época, com exceção de Astrojildo Pereira — que defendia a industrialização e condenou suas teses racistas —, um intelectual de origem anarquista, que viria a fundar o Partido Comunista, em março de 1922.

O Centenário da Independência foi um ano do balacobaco. Desnudou mudanças em curso no mundo e no Brasil, balançou os alicerces da Primeira República. O otimismo da belle époque fora substituído pelo trauma da I Guerra Mundial (1914-1918), o comunismo rondava o mundo após a Revolução Russa de 1917. Ambições civilizatórias levaram o presidente Epitácio Pessoa a mudar a face da capital federal para celebrar a data e sediar a Exposição Universal do Rio

de Janeiro. Em São Paulo, houve a polêmica Semana de Arte Moderna.

Que país era esse? Com suas greves nas principais cidades, os sindicatos ganharam força. O povo queria melhores condições de vida e de trabalho. A economia da Primeira República (1889-1930), regida pela Constituição de 18, estava mal das pernas. E lideranças militares, que não reconheciam a derrota do candidato oposicionista Nilo Peçanha nas eleições presidenciais de março, queriam impedir que Artur Bernardes assumisse a Presidência da República, em novembro.

A prisão do presidente do Clube Militar, marechal Hermes da Fonseca, provocou um levante militar, logo debelado. Porém, um grupo de jovens oficiais do Exército resolveu enfrentar, em plena praia de Copacabana, as forças legais. Foram fuzilados. Sobreviveram apenas Eduardo Gomes e Siqueira Campos. O governo decretou o estado de sítio, os militares envolvidos foram presos e processados. Foi a gênese do movimento tenentista.

Nesse contexto, Oliveira Vianna concluiu que era impossível reproduzir no Brasil o parlamentarismo inglês, o liberalismo democrático francês, o federalismo e a descentralização à americana,

A CHAVE DA POLÍTICA BRASILEIRA É A CONCILIAÇÃO, MAS NOSSA HISTÓRIA SOCIAL É CRUENTA. A MISCIGENAÇÃO É QUE CONSOLIDOU A IDEIA DE UM SÓ POVO E UMA SÓ NAÇÃO

que apenas reforçaram "a anarquia branca, o predomínio das oligarquias e o risco de fragmentação". Defendia "contrariar intensivamente às ideias de liberdade" e construir um Estado capaz de se impor a todo o país, inspirado nos "reacionários audazes que salvaram o Império". Suas ideias embalsamaram a Revolução de 1930, serviram de alicerce para o Estado Novo, em 1937, e inspiraram os líderes do regime de militar (1964-1985). Infelizmente, renasceram das cinzas com a eleição do presidente Jair Bolsonaro.

Iniquidade social

A chave da política brasileira é a conciliação, mas nossa história social é cruenta. "Entre índios convertidos e os

selvagens, os negros escravos, libertos, africanos e crioulos, os brancos reinóis e os mazombos, os mamelucos, os mulatos e os cafuzos, diversos e conflitantes, venceram os conciliadores", dizia o mestre José Honório Rodrigues, em *Conciliação e reforma no Brasil*. Apesar de tantos pelourinhos, quilombos, motins, revoltas, repressões sangrentas, fuzilamentos, enforcamentos, esquartejamentos, guerras e guerrilhas, a miscigenação consolidou a ideia de um só povo e uma só nação, muito mais do que a conciliação das elites para se manter no poder, perpetuar o patrimonialismo, a política de compadrio e clientela, e a exclusão social.

Por conveniência, quase não se fala das lutas cruentas: Balaiada (1838-41); Cabanagem (1835-40); Sabinada

(1837-38); Levante dos Malês (1835); Cabanada (1832-35); Guerra dos Farrapos (1835-45). Houve as ditaduras de Vargas (1937-45) e dos militares (1964-84), com seus assassinatos, prisões e torturas. A abolição da escravidão mudou o modo de produção e derrubou o Império, mas a República manteve, até hoje, a iniquidade social desnudada pela Guerra de Canudos (1896-97) mesmo nos grandes ciclos de modernização.

Na ditadura Vargas, com a modernização do Estado, a questão operária deixou de ser um caso de polícia, mas a política passou a ser. Os governos de Juscelino Kubitschek e de Fernando Henrique Cardoso reformaram o Estado e modernizaram a economia em bases democráticas, mas a velha desigualdade social continuou na ordem do dia. Mesmo no governo Lula, que atacou o problema da miséria absoluta, a mudança social acabou abduzida pelo transformismo político. As ideias de Oliveira Vianna estão vivíssimas desde a eleição do presidente Jair Bolsonaro, um saudosista do regime militar. Confronto ou conciliação, atraso ou reformas, autoritarismo ou democracia. Neste bicentenário, nossa nação está numa nova encruzilhada do destino.